

BACENComum a todas as áreas de Analista

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Tipologia textual	
Ortografia oficial	8
Acentuação gráfica	9
Emprego das classes de palavras	11
Emprego do sinal indicativo de crase	23
Sintaxe da oração e do período.	24
Pontuação	30
Concordância nominal e verbal	35
Regência nominal e verbal	37
Significação das palavras	40
Redação e correspondências oficiais: Manual de Redação da Presidência da República.	41
Exercícios	
Gabarito	
LINGUA INGLESA	
Compreensão de texto escrito em Língua Inglesa	1
Gramática para a compreensão de conteúdos semânticos	3
Exercícios	11
Gabarito	19
RACICÍNIO LÓGICO	
Estruturas lógicas	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	2
Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelasver-dade Leis de De Morgan	3
Equivalências	
Diagramas lógicos	13





Lógica de primeira ordem	16
Princípios de contagem e probabilidade	17
Operações com conjuntos	23
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	27
Exercícios	30
Gabarito	34
DIREITO CONSTITUCIONAL	
DITILITO GONGTITOGIGNAL	
Princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil	1
Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais, coletivos e direitos	
sociais; limitações dos direitos fundamentais.	2
Organização do Estado: União, Estados, Municípios e Distrito Federal	11
Administração pública. Servidores públicos.	19
Organização dos poderes: Poder Legislativo	25
Poder Executivo	33
Poder Judiciário.	35
Finanças públicas: normas gerais e orçamentárias.	39
Controle externo e sistemas de controle interno.	50
Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica	59
Exercícios	92
Gabarito	105
DIREITO ADMINISTRATIVO (EXCETO PARA A ÁREA	CI
DINETTO ADMINISTRATIVO LEXCETO PARA A AREA	OJ
Administração pública: princípios básicos	1
	4
Poderes administrativos. Espécies de poder: hierárquico, disciplinar, regulamentar, de	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	11
Organização administrativa brasileira. Serviços públicos: conceito e princípios. Autar-	
quias, agências reguladoras, agências executivas, fundações públicas, empresas pú-	
,	24
Ato administrativo. Conceito, requisitos e atributos. Comunicação dos atos administra-	24
3 / 3 3	24 46
3 1 1	46 55
	55 55
·	55 63
•	63 69
Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos	106





Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União) e alterações. Disposições preliminares. Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Direitos e vantagens. Regime disciplinar. Seguridade social do servidor: aposentadoria e pensão civil	127 173 187 196 198 201 205 216 234
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO	
Estrutura e segmentação. Órgãos reguladores. Entidades supervisoras. Instituições Operadoras Lei nº 4.595/1964	1 7 21 21 21 27 28 28 31 34 34 50 58
ECONOMIA (EXCETO PARA A ÁREA 3) I MACROECONOMIA: Contas nacionais; agregados monetários, criação e destruição de moeda e multiplicador monetário; balanço de pagamentos	1 2





A economia no longo prazo: produto potencial e produto efetivo	2
Crescimento econômico. Poupança, investimento e o papel do sistema financeiro	3
Objetivos e instrumentos de política monetária, regime de metas para a inflação	3
Política fiscal e seus instrumentos	15
Modelos de determinação da renda em economias fechada e aberta	16
Regimes cambiais e taxa de câmbio de equilíbrio. Termos de troca	16
Curva de Phillips, expectativas racionais e inflação	17
I MICROECONOMIA: Teoria do consumidor	17
Teoria da firma	25
Estrutura de mercado e formação de preço, análise de concentração	31
III ECONOMIA BRASILEIRA: Tópicos de economia brasileira. II PND	38
A crise da dívida externa na década de 1980	40
Planos heterodoxos de estabilização	41
O Plano Real e a economia brasileira pós-estabilização	47
IV ECONOMIA INTERNACIONAL: Crises financeiras internacionais a partir	
de 2007	50
Exercícios	59
Gabarito	65







Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que <u>compreendemos</u> adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à <u>interpretação</u>, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."





Lingua Inglesa

Interpretação de texto em Inglês é uma competência importante para realizar provas. Ainda que não se saiba um idioma por completo, ainda que você não seja fluente, é possível interpretar e compreender um texto em inglês através de um recurso chamado inglês instrumental, um recurso criado para guiar pessoas até um nível de fluência mais específico. Através do inglês instrumental é possível realizar provas, exames e testes para concursos, vestibulares, entre outros.

Para o inglês instrumental, não são os detalhes gramaticais e as regras que importam, mas as estruturas, o significado de palavras e expressões e uma compreensão geral de texto. O primeiro passo para interpretar um texto é saber do que se trata seu tema. Algumas palavras semelhantes, nomes de pessoas, lugares e dados contidos no texto podem ser chave para encontrar boas informações que podem facilitar a leitura.

Existem duas técnicas de interpretação textual muito úteis para os não falantes do idioma, são elas o skimming e o scanning. Confira a seguir:

Skimming

Para textos longos, o skimming se faz primordial, pois permite que o leitor obtenha informações sem precisar passar os olhos por cada letra do texto e perca tempo precioso durante uma prova. Esta técnica consiste de uma leitura em pedaços, ou seja, uma leitura apenas de trechos, frases ou pequenos parágrafos do texto que saltam aos olhos e parecem mais providos de dados, a fim de que se possa responder algumas perguntas básicas como:

- Qual a opinião do autor diante do tema?
- Por que o problema acontece?
- Qual sua resolução?

Além destas perguntas, é possível formular outras que podem ser úteis de acordo com o contexto e da temática da leitura. Com esta técnica o texto pode ser lido com mais rapidez e pode ser interpretado com mais facilidade sem prender o leitor à detalhes que não fazem diferença no momento de responder questões.

Scanning

No processo de scanning, os olhos devem se fixar em palavras-chaves, nomes, dados,e statísticas, datas, números e toda e qualquer informação relevante que possa servir como organizadores de texto, bullet points. Esta técnica consiste em grifar ou marcar estas informações úteis para que se possa visualizá-las melhor no mento de responder uma questão. É também uma técnica ágil que pode encurtar o tempo de leitura.

O mais importante durante a interpretação não é a leitura e sim o conteúdo inserido no texto. Uma vez que estes são encontrados, torna-se mais fácil interpretar o texto e compreender a mensagem que ele pretende passar.

Reading Comprehension

Interpretar textos pode ser algo trabalhoso, dependendo do assunto, ou da forma como é abordado. Tem as questões sobre o texto. Mas, quando o texto é em outra língua? Tudo pode ser mais assustador.

Se o leitor manter a calma, e se embasar nas estratégias do Inglês Instrumental e ter certeza que ninguém é cem por cento leigo em nada, tudo pode ficar mais claro.

Vejamos o que é e quais são suas estratégias de leitura:

Inglês Instrumental

Também conhecido como Inglês para Fins Específicos - ESP, o Inglês Instrumental fundamenta-se no treinamento instrumental dessa língua. Tem como objetivo essencial proporcionar ao aluno, em curto prazo, a capacidade de ler e compreender aquilo que for de extrema importância e fundamental para que este possa desempenhar a atividade de leitura em uma área específica.





Racicínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certeiro, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as proposições.

<u>Proposição:</u> declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja "Brasil e Argentina", nada está sendo afirmado, logo, a frase <u>não é uma proposição</u>.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase "N>3" só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição "Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real".

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

^: e (aditivo) conjunção

Posso escrever "Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real", posso escrever p ^ q.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

p v q: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

v: "ou" exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

p v q: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

¬ ou ~: negação

~p: Carlos não é professor

->: implicação ou condicional (se... então...)

p -> q: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real





Direito Constitucional

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
 - I a soberania;
 - II a cidadania
 - III a dignidade da pessoa humana;
 - IV os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
 - V o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

- Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
- I construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II garantir o desenvolvimento nacional;
- III erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
 - I independência nacional;
 - II prevalência dos direitos humanos;
 - III autodeterminação dos povos;
 - IV não-intervenção;
 - V igualdade entre os Estados;
 - VI defesa da paz;
 - VII solução pacífica dos conflitos;
 - VIII repúdio ao terrorismo e ao racismo;
 - IX cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
 - X concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.





Direito Administrativo (Exceto para a área 6)

Administração pública

Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como "a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos".

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governa- mentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

- <u>a. Fomento</u>: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.
- <u>b. Polícia administrativa</u>: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.
- c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.





Sistema Financeiro Nacional e Sistema de Pagamento Brasileiro

Sistema Financeiro Nacional (SFN)

De acordo com o BACEN:

"O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira, isto é, o encontro entre credores e tomadores de recursos. É por meio do sistema financeiro que as pessoas, as empresas e o governo circulam a maior parte dos seus ativos, pagam suas dívidas e realizam seus investimentos.

O SFN é organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Os órgãos normativos determinam regras gerais para o bom funcionamento do sistema. As entidades supervisoras trabalham para que os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos. Os operadores são as instituições que ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários".



- * Dependendo de suas atividades corretoras e distribuidoras também são fiscalizadas pela CVM.
- ** As Instituições de Pagamento não compõem o SFN, mas são reguladas e fiscalizadas pelo BCB, conforme diretrizes estabelecidas pelo CMN.

Conselho monetário nacional (CMN)

É a autoridade máxima do Sistema Financeiro Nacional. Sendo órgão normativo, apenas define normas e diretrizes para execução do BACEM e da CVM.

Conforme definição do Banco Central do Brasil:

- "O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito. Seu objetivo é a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.
 - 1 Fonte: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn





Economia (Exceto Para a Área 3)

Contas Nacionais

O Sistema de Contas Nacionais apresenta o desempenho da economia dentro de um período sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País e as relações entre as variáveis macroeconômicas básicas: produto, renda e despesa.

Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo.

Agregados Macroeconômicos

Os agregados macroeconômicos são os instrumentos da mensuração dos resultados das transações entre os agentes econômicos famílias, as empresas, o governo e o resto do mundo.

Os três principais agentes macroeconômicos são:

<u>PIB</u> – valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país, medido a preços de mercado.

Inflação – alta persistente e generalizada de preços.

<u>Taxa de Desemprego</u> – a taxa de desemprego mostra a falta de capacidade da economia em fornecer emprego para todas as pessoas que desejam trabalhar. É a relação entre o número de desocupados e o total da força de trabalho:

Td = População Desocupada x 100 PEA (Força de Trabalho)

Produto

É a soma de todos os bens e serviços produzidos em um período de tempo. Compreende o seguinte cálculo:

(Valor Agregado Primário +Valor Agregado Secundário +Valor Agregado Terciário) + Impostos sobre Importação + Impostos sobre Valor Acrescentado;

Renda E Despesa

Renda agregada é a soma da remuneração dos fatores de produção, ou seja, salários, juros e lucros e aluguéis.

Despesa agregada é soma dos gastos públicos e os bens de consumo adquiridos pelas famílias.

Diferentes Conceitos De Produto

Produto Interno, é a produção gerada dentro território nacional.

Produto Nacional, é a produção cuja renda é apropriada pelos residentes do país, podendo ou não ter sido gerada neste ou em outro país.

Exportações e importações são atividades econômicas essenciais para um país.

Exportação é a venda, envio ou doação de bens e serviços para um país. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil, estão a soja, o petróleo, o açúcar e o minério de ferro.

Importação é a compra ou recebimento de mercadorias ou serviços de outros países. Os produtos mais importados pelo Brasil são peças e componentes eletrônicos, telefones e acessórios, peças de veículos etc.

Exportações e importações representam o resultado da Balança de Pagamentos de um país, em um determinado período de tempo.